



1

## CERTIDÃO

\_\_\_\_\_ Eu, abaixo assinada, **Notária** deste Cartório, **certifico** que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **1** - A presente certidão, composta por dez folhas, incluindo esta, utilizadas numa só face, devidamente numeradas e rubricadas, as quais têm aposto selo branco, foi extraída de certificado de tradução, emitido pelo Cartório Notarial de Loures a cargo de Ana Helena Sena Gonçalves, em dezasseis de Julho de dois mil e oito, de declaração, emitida pela Embaixada do México em Lisboa, em dois de Abril de dois mil e oito, arquivada neste Cartório sob o número quarenta e oito do maço de documentos respeitante ao livro de notas para escrituras diversas número setenta e três. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **2** - Está conforme o original. \_\_\_\_\_

Odivelas, dez de Novembro de dois mil e dezasseis.

**A Notária,**

(Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás)

Cédula Profissional número 206

Conta conferida e registada sob o nº 246 - Factura emitida

Ana Helena Sena Gonçalves

NOTÁRIA

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 48 Fls. 137  
Data 22/07/2008

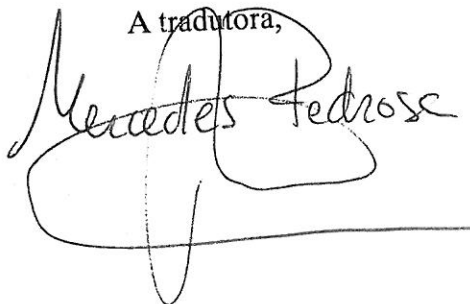
### CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

No dia dezasseis de Julho de dois mil e oito, no Cartório Notarial, sito na Alameda dos Oceanos, Rotunda das Oliveiras, lote 4.40.01C, Moscavide, Loures, a cargo da Notária Ana Helena Sena Gonçalves, por delegação da mesma, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 26/2004, de 04 de Fevereiro, perante mim, sua colaboradora Isabel Maria Fernandes Carvalho, **certifico** que compareceu, **MERCEDES PEDROSA MERINO**, solteira, maior, natural de Espanha, residente na Avenida D. João II, lote 4.55.02, 3ºB, Moscavide, Loures, pessoa cuja identidade verifiquei por exibição do Bilhete de Identidade número 23795033-S, emitido em 04/10/2005, pelo Ministério do Interior - Espanha, a qual me apresentou a tradução do documento em anexo a este certificado, composto **três folhas**, escrito em língua espanhola e traduzido para a língua portuguesa, referente a uma legislação. \_\_\_\_\_

A tradutora afirmou sob compromisso de honra, perante mim, haver feito a tradução fiel do citado documento e que o mesmo está conforme ao original, pelo que vai assinar comigo o presente certificado e rubricar o documento traduzido e respectiva tradução. \_\_\_\_\_

O original fica anexada à sua tradução e ao presente certificado.

A tradutora,



A Colaboradora,

28/10/2008

Registada sob o nº 241344(2008)

7  
B

E

J

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

Artigo 153.- Consideram-se tacitamente submetidos:

Livro 73 Fls. 84

- I. O demandante, pelo acto de recorrer ao juiz competente, intentando ~~uma~~ acção; 48 Fls. 138
- II. O demandado, por responder à acção ou por deduzir reconvenção contra o autor; Data 22/07/2008
- III. O que tendo intentado uma acção desiste dela;
- IV. O terceiro opositor e quem por qualquer motivo for presente a juízo.

Artigo 154.- É nula qualquer instância efectuada pelo juiz que for declarado incompetente, excepto:

- I. A acusação, a contestação à acusação, a reconvenção e respectiva contestação, caso tenham existido, que se considerarão apresentadas perante o juiz em que reconhecida uma incompetência, for declarado competente;
- II. As instâncias relativas ao conflito de competência, ou aquelas pelas quais seja decretado oficialmente;
- III. Quando a competência se deva ao território ou a partes acordem na sua validade;
- IV. Quando se trate de competência sobrevinda; e
- V. Os demais casos em que a lei o exceptue.

Artigo 155.- A nulidade a que se refere o artigo anterior é de pleno direito e, portanto, não requer declaração judicial.

Os tribunais declarados competentes, farão com que as coisas sejam restituídas ao estado em que se encontravam antes de serem praticadas as instâncias nulas; salvo nos casos em que a lei disponha o contrário.

**CAPÍTULO II**  
**Regras para fixação da competência**

Artigo 156.- É juiz competente:

- I. O do local que o devedor indicou para ser requerido judicialmente o pagamento;
- II. O do local indicado no contrato para o cumprimento da obrigação. Tanto neste caso como no anterior, o foro é competente não apenas para a execução ou cumprimento do contrato, como também para a rescisão ou nulidade;
- III. O da localização da coisa, se for intentada uma acção real sobre bens imóveis. O mesmo se observará relativamente às questões decorrentes do contrato de arrendamento de imóveis;
- IV. O do domicílio do demandado, se se tratar de uma acção sobre bens móveis, ou de acções pessoais ou relativas ao estado civil.

Quando existirem diversos demandados com diferentes domicílios, será competente o juiz que tenha jurisdição sobre o domicílio escolhido pelo autor;

- V. Em processos de herança, o juiz em cuja jurisdição tenha tido o seu último domicílio o autor da herança; à falta desse domicílio, será o juiz competente do local onde se localizem os bens imóveis que formam a herança; e à falta de domicílio e bens imóveis, o do local de falecimento do autor da herança. O mesmo se observa em casos de ausência;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 48 Fls. 139  
Data 00/07/2008

VI. Aquele em cujo território existe um juízo sucessório para apreciar:

- a) As acções de pedido de herança;
- b) As acções contra a sucessão antes da partilha e adjudicação dos bens;
- c) As acções de nulidade, rescisão e evicção da partilha hereditária.

VII. Nos concursos de credores, o juiz do domicílio do devedor;

VIII. Nos actos de jurisdição voluntária, o do domicílio de quem promove, mas caso se tratem de bens imóveis, será o do local onde estes se localizem.

Nas questões relativas à tutela de menores ou incapacitados, o juiz do domicílio dos mesmos, para a designação do tutor, e nos restantes casos no domicílio deste;

X. Nas questões relativas à obtenção de consentimento de quem exerce o poder paternal, ou impedimentos para contrair matrimónio, o do local onde se tenham apresentado os pretendentes;

XI. Para decidir sobre litígios conjugais e processos de nulidade do casamento, tem competência o juiz do domicílio conjugal;

XII. Nos processos de divórcio, o tribunal do domicílio conjugal, e em caso de abandono do lar conjugal, o do domicílio do cônjuge abandonado.

XIII. Nos processos de alimentos, o domicílio do autor ou do demandado, por escolha do primeiro.

**Artigo 157.-** Para determinar a competência com base no montante do processo, será tido em conta o que seja solicitado pelo autor. Caso sejam posteriores à apresentação da petição, os rendimentos, danos ou prejuízos não serão tidos em consideração, mesmo que sejam reclamados nela.

Quando se trate de arrendamento ou se requeira o cumprimento de uma obrigação que consista em prestações periódicas, o montante das pensões será calculado ao ano, excepto se se tratarem de prestações vencidas, em cujo caso se estará no âmbito do disposto na primeira parte deste artigo.

**Artigo 158.-** Nos litígios sobre propriedade ou posse de um imóvel, a competência será determinada com base no valor. Caso se trate de usufruto ou direitos reais sobre imóveis, pelo valor da própria coisa. No caso dos interditos será sempre apreciado por juízes de primeira instância do local onde a coisa se localize.

**Artigo 159.-** Nas questões sobre o estado ou capacidade das pessoas e em geral sobre questões familiares que requeiram intervenção judicial, seja qual for o montante pecuniário que delas possa resultar, serão competentes os Tribunais de Família.

**Artigo 160.-** É juiz competente para conhecer da reconvenção, qualquer que seja a matéria da mesma, aquele que conhece da petição no juízo principal.

Se o valor da reconvenção for inferior ao montante de competência do juiz que conhece da petição principal, continuará a ser apreciada por este, mas não o inverso.

**Artigo 161.-** As questões de oposição de terceiros devem ser substanciadas e decididas pelo Tribunal competente para julgar a questão principal. Quando o montante da oposição de terceiros deduzida exceder o que é submetido por lei ao Tribunal que está a apreciar o processo principal,

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 48 Fls. 140  
Data 22/07/2008

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

será remetido todo o processo e a oposição de terceiros ao tribunal que seja designado pelo terceiro opositor e tenha competência para julgar a questão devido à matéria de interesse superior e do território.

Artigo 162.- Para os actos preparatórios do processo, será competente o tribunal que o for para o processo principal.

As providências cautelares serão regidas pelo disposto no parágrafo anterior. Se os autos estiverem em segunda instância, será competente para proferir a providência cautelar o juiz que os conheceu em primeira instância. Em caso de urgência, pode proferi-la o do local onde se encontrem a pessoa ou a coisa objecto da providência cautelar, após o que será remetido o processo ao tribunal competente.

### CAPÍTULO III

#### Da substanciação e decisão das competências

Artigo 163.- As questões de competência poderão ser intentadas por acção inibitória ou de excepção declinatória.

A acção inibitória será intentada perante o juiz considerado competente, no prazo de nove dias a contar da data do mandato de comparência, solicitando que dirija officio ao que se considera não ser competente, para que remeta cópia das respectivas instâncias ao superior, para que este decida da questão de competência.

A acção de excepção declinatória será interposta perante o juiz que se considere incompetente para apreciar o caso, solicitando-lhe que se abstenha de conhecer do processo e remeta os autos ao juiz considerado competente.

No caso de não ser promovida questão de competência dentro dos termos mencionados por quem se considere afectado, considerar-se-á submetido ao juiz que efectuou o mandato de comparência e perderá todo o direito de a intentar. As questões de competência não suspendem em caso algum o procedimento principal, mas deverão encontrar-se resolvidas antes da sentença definitiva ser proferida.

Artigo 164.- No caso de os documentos apresentados ou outras provas constantes dos autos se vier a descobrir que o litigante que intentou a acção inibitória ou de excepção declinatória se submeteu à jurisdição do juiz que conhece do processo, deverá renunciar a ela, continuando o processo a correr em juízo.

Artigo 165.- Os tribunais ficam proibidos de promover automaticamente as questões de competência e só deverão inibir-se de conhecer dos processos quando se trate de incompetência devido a território, matéria, com excepção do disposto no artigo 149, ou valor superior aos que lhes seja atribuído por lei, e sempre e quando se inibam na primeira sentença que se proferida relativamente à matéria principal, ou perante reconvenção relativa ao montante.

Quando dois ou mais juizes se neguem a conhecer de determinada questão, a parte lesada recorrerá à sua eleição, no prazo de seis dias, perante qualquer uma das secções a que estiverem adstritos tais juizes, a fim de que ordenem aos que se negam a conhecer que no prazo de três dias, lhe enviem os processos originais e as respectivas resoluções. No caso das duas partes se considerarem lesadas devido à recusa de conhecimento do caso e ambas recorram a secções diferentes a que estejam adstritos os juizes dentro do prazo estabelecido, será competente para resolver a que primeiro receber a inconformidade.

Uma vez recebidos os autos pela secção eleita, serão colocados à disposição do peticionário, ou se for o caso de ambas as partes, durante três dias para que submetam provas, ou procedam às alegações que considerem do seu interesse. No caso de serem submetidas provas e estas devam ser admitidas, será marcada data para audiência que será celebrada nos dez dias seguintes, e serão enviados(...)



BAJADA DE MÉXICO  
EN PORTUGAL

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 48 Fls. 241  
Data 20/07/2008

Handwritten notes: a circled 'C', a '4', and a signature.

## DECLARAÇÃO

Declara-se pela presente que na **legislação mexicana**, de acordo com as regras para designar as competências, previstas no Capítulo II do Título Terceiro do Código de Procedimentos Cíveis do Distrito Federal vigente, cuja fotocópia se anexa, nos juízos hereditários é competente o juiz em cuja jurisdição tenha tido a sua última morada o autor da herança; à falta dessa morada, será o da localização dos bens raízes que formam parte da herança; e à falta de morada e bens raízes, a morada do local do falecimento do autor da herança.

Emite-se a presente declaração para os efeitos a que haja lugar e a pedido do interessado, aos dois dias do mês de Abril de dois mil e oito.

Handwritten note: '7' and a signature.

FRANCISCO JAVIER OLAVARRÍA  
MINISTRO



SECCION CONSULAR  
EMBAJADA DE MEXICO  
LISBOA. PORTUGAL



Livro 73 Fls. 54  
Doc. 48 Fls. 142  
Data 02/07/2008

ASAMBLEA LEGISLATIVA DEL DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

Artículo 153.- Se entienden sometidos tácitamente:

- I. El demandante, por el hecho de incurrir al juez en turno, entablando su demanda;
- II. El demandado, por contestar la demanda o por reconvenir al actor;
- III. El que habiendo promovido una competencia se desiste de ella;
- IV. El tercer opositor y el que por cualquier motivo viniere al Juicio.

Artículo 154.- Es nulo todo lo actuado por el juez que fuere declarado incompetente, salvo:

- I. La demanda, la contestación a la demanda, la reconvencción y su contestación, si las hubo, las que se tendrán como presentadas ante el juez en que reconocida una incompetencia, sea declarado competente;
- II. Las actuaciones relativas al conflicto competencial, o aquellas por las que se decrete de oficio;
- III. Cuando la incompetencia sea por razón del territorio o convengan las partes en su validez;
- IV. Que se trate de incompetencia sobrevenida; y
- V. Los demás casos en que la ley lo exceptúe.

Artículo 155.- La nulidad a que se refiere el artículo anterior es de pleno derecho y, por tanto, no requiere declaración judicial.

Los tribunales declarados competentes harán que las cosas se restituyan al estado que tenían antes de practicarse las actuaciones nulas; salvo que la ley disponga lo contrario.

## CAPITULO II

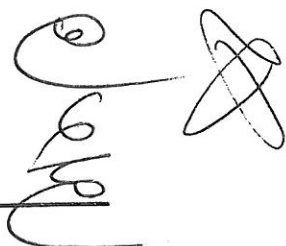
### Reglas para la fijación de la competencia

Artículo 156.- Es Juez competente:

- I. El del lugar que el deudor haya designado para ser requerido judicialmente de pago;
- II. El del lugar señalado en el contrato para el cumplimiento de la obligación. Tanto en este caso como en el anterior, surte el fuero no sólo para la ejecución o cumplimiento del contrato, sino para la rescisión o nulidad;
- III. El de la ubicación de la cosa, si se ejercita una acción real sobre bienes inmuebles. Lo mismo se observará respecto a las cuestiones derivadas del contrato de arrendamiento de inmuebles;
- IV. El del domicilio del demandado, si se trata del ejercicio de una acción sobre bienes muebles, o de acciones personales o del estado civil.  
  
Cuando sean varios los demandados y tuvieren diversos domicilios, será competente el juez que se encuentre en turno del domicilio que escoja el actor;
- V. En los juicios hereditarios, el juez en cuya jurisdicción haya tenido su último domicilio el autor de la herencia; a falta de ese domicilio, lo será el de la ubicación de bienes raíces que forman la herencia; y a falta de domicilio y bienes raíces, el del lugar del fallecimiento del autor de la herencia. Lo mismo se observará en casos de ausencia;



Livro 73 Fls. 54  
Doc. 48 Fls. 143  
Data 20/07/2008



ASAMBLEA LEGISLATIVA DEL DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

- VI. Aquel en cuyo territorio radica un juicio sucesorio para conocer:
- a) De las acciones de petición de herencia;
  - b) De las acciones contra la sucesión antes de la partición y adjudicación de los bienes;
  - c) De las acciones de nulidad, rescisión y evicción de la partición hereditaria.
- VII. En los concursos de acreedores, el juez del domicilio del deudor;
- VIII. En los actos de jurisdicción voluntaria, el del domicilio del que promueve, pero si se tratare de bienes raíces, lo será el del lugar donde estén ubicados.
- IX. En los negocios relativos a la tutela de los menores e incapacitados, el juez de la residencia de éstos, para la designación del tutor, y en los demás casos el del domicilio de éste;
- X. En los negocios relativos a suplir el consentimiento de quien ejerce la patria potestad, o impedimentos para contraer matrimonio, el del lugar donde se hayan presentado los pretendientes;
- XI. Para decidir las diferencias conyugales y los juicios de nulidad del matrimonio, lo es el del domicilio conyugal;
- XII. En los juicios de divorcio, el tribunal del domicilio conyugal, y en caso de abandono de hogar, el del domicilio del cónyuge abandonado.
- XIII. En los juicios de alimentos, el domicilio del actor o del demandado a elección del Primero.

**Artículo 157.-** Para determinar la competencia por razón de la cuantía del negocio, se tendrá en cuenta lo que demande el actor. Los réditos, daños o perjuicios no serán tenidos en consideración, si son posteriores a la presentación de la demanda, aun cuando se reclamen en ella.

Quando se trate de arrendamiento o se demande el cumplimiento de una obligación consistente en prestaciones periódicas, se computará el importe de las pensiones en un año, a no ser que se trate de prestaciones vencidas, en cuyo caso se estará a lo dispuesto en la primera parte de este artículo.

**Artículo 158.-** En las contiendas sobre propiedad o posesión de un inmueble, la competencia se determinará por el valor que tenga. Si se trata de usufructo o derechos reales sobre inmuebles, por el valor de la cosa misma. Pero de los interdictos conocerán siempre los jueces de primera instancia de la ubicación de la cosa.

**Artículo 159.-** De las cuestiones sobre estado o capacidad de las personas y en general de las cuestiones familiares que requieran intervención judicial, sea cual fuere el interés pecuniario que de ellas dimanare, conocerán los Jueces de lo Familiar.

**Artículo 160.-** Es juez competente para conocer de la reconvencción, cualquiera que sea la materia de ésta, aquél que conoce de la demanda en el juicio principal.

Si el valor de la reconvencción es inferior a la cuantía de la competencia del juez que conoce de la demanda principal, seguirá conociendo éste, pero no a la inversa.

**Artículo 161.-** Las cuestiones de tercerías deben substanciarse y decidirse por el Juez que sea competente para conocer del asunto principal. Cuando el interés de la tercería que se interponga exceda del que la ley somete a la competencia del Juez que está conociendo del negocio principal,

Livro 73 Fls. 84  
Doc. 48 Fls. 140  
Data 22/07/2008

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, IV LEGISLATURA

será remetido todo o processo e a oposição de terceiros ao tribunal que seja designado pelo terceiro opositor e tenha competência para julgar a questão devido à matéria de interesse superior e do território.

Artigo 162.- Para os actos preparatórios do processo, será competente o tribunal que o for para o processo principal.

As providências cautelares serão regidas pelo disposto no parágrafo anterior. Se os autos estiverem em segunda instância, será competente para proferir a providência cautelar o juiz que os conheceu em primeira instância. Em caso de urgência, pode proferi-la o do local onde se encontrem a pessoa ou a coisa objecto da providência cautelar, após o que será remetido o processo ao tribunal competente.

### CAPÍTULO III

#### Da substanciação e decisão das competências

Artigo 163.- As questões de competência poderão ser intentadas por acção inibitória ou de excepção declinatoria.

A acção inibitória será intentada perante o juiz considerado competente, no prazo de nove dias a contar da data do mandato de comparência, solicitando que dirija officio ao que se considera não ser competente, para que remeta cópia das respectivas instâncias ao superior, para que este decida da questão de competência.

A acção de excepção declinatoria será interposta perante o juiz que se considere incompetente para apreciar o caso, solicitando-lhe que se abstenha de conhecer do processo e remeta os autos ao juiz considerado competente.

No caso de não ser promovida questão de competência dentro dos termos mencionados por quem se considere afectado, considerar-se-á submetido ao juiz que efectuou o mandato de comparência e perderá todo o direito de a intentar. As questões de competência não suspendem em caso algum o procedimento principal, mas deverão encontrar-se resolvidas antes da sentença definitiva ser proferida.

Artigo 164.- No caso de os documentos apresentados ou outras provas constantes dos autos se vier a descobrir que o litigante que intentou a acção inibitória ou de excepção declinatoria se submeteu à jurisdição do juiz que conhece do processo, deverá renunciar a ela, continuando o processo a correr em juízo.

Artigo 165.- Os tribunais ficam proibidos de promover automaticamente as questões de competência e só deverão inibir-se de conhecer dos processos quando se trate de incompetência devido a território, matéria, com excepção do disposto no artigo 149, ou valor superior aos que lhes seja atribuído por lei, e sempre e quando se inibam na primeira sentença que se proferida relativamente à matéria principal, ou perante reconvenção relativa ao montante.

Quando dois ou mais juizes se neguem a conhecer de determinada questão, a parte lesada recorrerá à sua eleição, no prazo de seis dias, perante qualquer uma das secções a que estiverem adstritos tais juizes, a fim de que ordenem aos que se negam a conhecer que no prazo de três dias, lhe enviem os processos originais e as respectivas resoluções. No caso das duas partes se considerarem lesadas devido à recusa de conhecimento do caso e ambas recorram a secções diferentes a que estejam adstritos os juizes dentro do prazo estabelecido, será competente para resolver a que primeiro receber a inconformidade.

Uma vez recebidos os autos pela secção eleita, serão colocados à disposição do peticionário, ou se for o caso de ambas as partes, durante três dias para que submetam provas, ou procedam às alegações que considerem do seu interesse. No caso de serem submetidas provas e estas devam ser admitidas, será marcada data para audiência que será celebrada nos dez dias seguintes, e serão enviados(...)